

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

**1ª JUIZADO ESPECIAL FEDERAL – JEF DE VOLTA REDONDA,
com competência cível e criminal.**

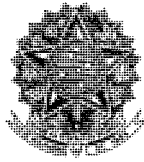
Juiz Federal Titular: DR. JOÃO MARCELO OLIVEIRA ROCHA

Juíza Federal Substituta: Dra. MICHELE MENEZES DA CUNHA

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 14 até 18 de março de 2016, a correição ordinária eletrônica do 1º Juizado Especial Federal - JEF de Volta Redonda, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas 2 e 5 do CNJ.
2. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão;
3. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo.
4. Reorganizar o registro do “tipo de intimação” das sentenças prolatadas, constantes no mapa de intimados do Sistema Processual Apolo, para evitar nomes distintos para o mesmo registro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme Ofício 678/2016 MPF/PR/RJ/GABPC, de 21/01/2016, foi designada a Procuradora da República, Marcela Harumi Takahashi para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Eletrônica no 1º Juizado Especial Federal – JEF, de Volta Redonda, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal."

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

. Titular: João Marcelo Oliveira Rocha, em exercício há 1 ano e 2 meses.

. Substituta: Michele Menezes da Cunha, em exercício há 1 ano e 7 meses.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 12

Analistas Judiciários: 02

Técnicos Judiciários: 08

Técnico Judiciário/Segurança: 02

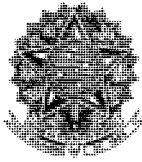
Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	Correição Agosto/2014	Agosto/2015	Correição Agosto/2016
Total	3.230	4.130	3.359
Suspensos	1.382	1.729	1.822
Tramitação ajustada	1.848	2.401	1.537

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 14 a 18/03/2016 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de março/2016, extraído em 11/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Período	01/03/2015 a 29/02/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	6.919	57,54	5
Decisão	1.910	15,88	4
Sentença	3.195	26,57	35
Total Geral	12.024	100,00	13

Mapas: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de 03/2016. Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 11/03/2016.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos os dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.



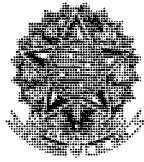
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 13/05/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 120%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 11/032016.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

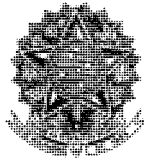
Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constan 10 processos pendentes de julgamento:

→ Autuados até 2007: 07 processos:

00027578620074025154. Trata-se de juizado/cível, com distribuição em 14/06/2007; em 25/06/2015 despacho intimando as partes, em 10 dias, para indicarem, de modo específico e fundamentado, as provas adicionais que pretendem produzir, com indicação de cada fato que pretendem demonstrar com cada prova. Publicado em 06/07/2015; em 29/10/2015 minuta de despacho noticiando o óbito do autor; em 21/02/2016 minuta de despacho intimando os eventuais interessados para que requeiram a habilitação nos autos, à vista da notícia do falecimento do autor (fl. 202), com intimação de despacho e registro no sistema em 25/02/2016.

00026435020074025154. Trata-se de juizado/cível, com distribuição em 13/06/2007; em 11/01/2016 sentença julgando procedente parcialmente. Sentença publicada em 12/02/2016; em 25/02/2016 ato ordinatório dando ciência ao autor da tempestiva interposição do recurso pela CEF, publicado em 03/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00025802520074025154. Trata-se de juizado/cível, com distribuição em 12/06/2007; em **29/10/2015** concluso para despacho com minuta remetendo os autos ao contador judicial. Registro no sistema em 01/12/2015; em **11/03/2016** remessa interna para cálculos elaborados – Local: 1º Juizado Especial Federal de Volta Redonda.

00024538720074025154. Trata-se de juizado/cível, com distribuição em 08/06/2007; em 29/10/2015 conclusão para decisão, determinando a suspensão do julgamento pelas razões expendidas em fl. 88. (aguarda decisão de instância superior). Registro no sistema em 13/01/2016.

→ Autuados em 2008: 01 processo

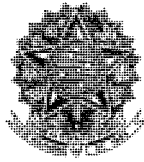
00033931820084025154. Trata-se de juizado/cível, com distribuição em 13/10/2008; em 08/01/2016 sentença julgando procedente, em parte, o pedido, publicada em 25/02/2016; em 08/03/2016 ato ordinatório informando sobre a vista à parte autora para contrarrazões.

→ Autuados em 2009: 01 processo

00012658820094025154. Trata-se de juizado/cível, com distribuição em 11/05/2009; em 12/01/2016 sentença extinguindo o feito com resolução do mérito para declarar a prescrição da pretensão autoral, nos termos do art. 269, V, do CPC, publicada em 01/03/2016.

→ Autuados em 2012: 01 processo

00025882620124025154. Trata-se de petição/JEF criminal, com redistribuição em 20/07/2012; em 16/12/2015 conclusão para despacho, sem liminar, deferindo o requerimento do MPF. Registro no sistema em 16/12/2015, com intimação à mesma data; em 11/02/2016 movimentação cartorária tipo aguardando resposta de ofício.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 11/03/2016 e consultas ao Sistema Apolo, **posição até 15/03/2016.**

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

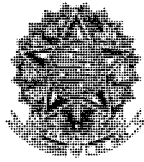
(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 11/03/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 94%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região
Meta 5 2015

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente

Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado Data de atualização:
SJRJ - 17/01/2016
SJES - 17/01/2016

Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara

Mês: dez/15 Vara: SJRJ Unidade: 01º Juizado Especial Federal de Volta Redonda

Percentual de cumprimento = $(ZP5,3) / (ZP5,1 + 1 + ZP5,5 - ZP5,7) \times 100$

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	32.319	20.805	19.229	12.469	11.174	35.190	87%
1º Grau / SJRJ	26.673	14.495	15.054	10.513	9.430	27.197	97%
1º Grau / SJES	5.646	6.310	4.175	1.956	1.744	7.993	64%
Juizado Especial Federal	11.593	33.159	34.968	1.418	399	10.803	102%
JEF / SJRJ	10.164	27.812	30.146	1.340	382	8.788	105%
JEF / SJES	1.429	5.347	4.822	78	17	2.015	89%
SJRJ	36.837	42.307	45.200	11.853	9.812	35.985	102%
SJES	7.075	11.657	8.997	2.034	1.761	10.008	75%
Total - 2ª Região	43.912	53.964	54.197	13.887	11.573	45.993	96%
01º Juizado Especial Federal de Volta Redonda	315	1.305	1.233	14	7	394	94%

Verifique o Acervo Meta5 atual:

Acervo pendente SJRJ

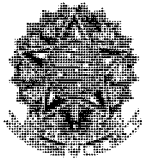
Acervo pendente SJES

O JEF, ora correicionado, apresenta um acervo de 221 processos incluídos na Meta 05.

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não foi possível a extração das informações, tendo em vista que o Juízo correicionado não constava no campo de pesquisa específico referente a esta meta, no Portal de Estatística deste Tribunal.

Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 11/03/2016.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

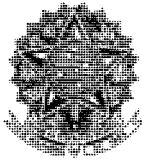
Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 17/04/2015.

**➔ AUDIÊNCIAS (DE 01/03/2015 A 29/02/2016)
(Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 363 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 04/03/2015, no Processo nº 0005602-47.2014.4.02.5154 e a última de 24/02/2016, no Processo nº 0067862-82.2015.4.02.5104.

Mapa: Agenda de Audiências extraída em 14/03/2016 - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS:

1. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analisando os locais virtuais, observamos o seguinte endereço:

INICIAL, com 02 documentos, sendo o mais antigo o de 14/03/2016, sob o nº 0015543-06.201.4.02.5401.

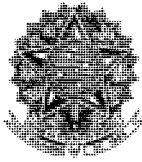
De acordo com o questionário pré-correição:

“O tempo médio entre a distribuição e o despacho é de cinco dias (processos sem preferência ou não urgentes). Nos processos com tratamento prioritário (preferências legais e/ou requerimentos de tutela de urgência) o prazo médio é dois dias.”

(...)

*“O Setor atua no processamento desde o momento em que a demanda é distribuída e chega ao Balcão de Entrada da Secretaria até a remessa dos autos às Turmas Recursais ou até o trânsito em julgado da sentença proferida (caso não haja recurso interposto). Cuida-se de Setor estratégico para o funcionamento do Juizado, de vez que o exame cuidadoso da **petição inicial** e dos demais atos processuais (especialmente, a instrução probatória) torna o processo maduro para a prolação da sentença de mérito e evita o processamento de feitos que não preencham os pressupostos processuais ou as condições para o julgamento definitivo. Também evita a tramitação de processos que veiculam pedidos manifestamente improcedentes.” (g.n.)*

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 14/03/2016, às 16h51, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. BALCÃO DE ENTRADA

19 documentos, sendo o mais antigo de 11/03/2016, sob o nº 0031917-78.2015.4.02.5154.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 14/03/2016, às 16h51.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Analisando os locais virtuais, não observamos endereço eletrônico para as prevenções.

“Quanto ao exame dos casos de **prevenção**, litispendência e coisa julgada, a verificação está sendo processada regularmente, na forma do Provimento T2-PVC-2010/00079, de 27/08/2010, da Corregedoria do TRF – 2ª Região. A Secretaria do Juízo procede à análise de prevenção, litispendência ou coisa julgada mediante a prévia juntada, aos autos, de cópias da petição inicial, da sentença/acórdão e da certidão de trânsito em julgado. Alternativamente, lavra-se certidão cartorária em que há delimitação, de forma clara, do objeto do feito que foi apontado como preventivo, de modo a explicitar a existência ou não da prevenção (Provimento Conjunto 4/2006, da Corregedoria do TRF-2ª Região e da Coordenadoria Geral dos Juizados Especiais Federais). Em regra, a verificação é feita no prazo de 3 dias, a contar da disponibilização do processo na mesa do servidor responsável pelo processamento, salvo na hipótese de requisição do processo preventivo ao arquivo.” **(g.n.)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição 2016, item 3.11 e Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 14/03/2016, às 16h51.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO:
(Arts. 227 da CNCR)

Posição em	11/03/2016
Conclusão até	10/03/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	N/A
Decisão	0	N/A
Sentença	0	N/A
Total Geral	0	N/A

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Concluídos, extraído em 11/03/2016.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	11/03/2016
Último Movimento até	10/03/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	7	100,00
Mais de 60	0	0,00
Total Geral	7	100,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

01280412620154025154. Trata-se de juizado/previdenciária, com distribuição em 15/10/2015; em 15/01/2016 processo convertido em diligencia, publicado em 29/01/2016; em 15/03/2016 movimentação cartorária tipo aguardando devolução de ofício.

00098776820164025154. Trata-se de juizado/cível, com distribuição em 01/02/2016; em 01/02/2016 decisão declinando da competência e determinando a remessa dos presentes autos, em versão impressa, ao Setor de Distribuição de Justiça estadual, com jurisdição no Município de Barra Mansa, publicada em 12/02/2016; em 11/03/2016 baixa de baixa – incompetência.

00398730420154025104. Trata-se de juizado/cível, com distribuição em 20/04/2015; em 21/01/2016 ato ordinatório dando vista aos réus; em 15/03/2016 conclusão para sentença **sem minuta no Sistema Processual Apolo. Parado desde então.**

00496176720154025154. Trata-se de juizado/cível, com distribuição em 07/01/2016 sentença acolhendo os embargos de declaração apenas para sanar a contradição apontada, publicada em 18/01/2016; em 29/01/2016 remessa carga para CEF por motivo de manifestação, devolvido em 02/02/2016; em 15/03/2016 movimento assim descrito: “juntada”, sendo este o último movimento.

00020957820144025154. Trata-se de juizado/previdenciária, com distribuição em 10/04/2014; em 15/03/2016 despacho determinando o reintimação do INSS, em virtude de sua inércia, para dar cumprimento integral a aludida ordem judicial.

01255539820154025154. Trata-se de juizado/previdenciária, com distribuição em 07/10/2015; em 29/01/2016 despacho deferindo o requerimento autoral de fl. 121; em 01/02/2016 remessa, carga para o INSS, devolvido em 05/02/2016; em 15/03/2016 movimentação cartorária tipo aguardando petição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00000964620144025104. Trata-se de juizado/inquérito policial, com redistribuição em 28/11/2014; em 11/01/2016 sentença declarando extinta a punibilidade, em razão dos fatos descritos nestes autos, publicada em 27/01/2016; em 29/01/2016 remessa, carga para o Ministério Público Federal, devolvido em 03/02/2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraído em 11/03/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 15/03/2016.**

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Arts. 180 e 318 da CNCR)

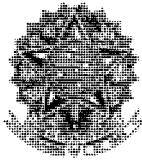
Posição em	11/03/2016
Total Geral	1

Analisando as petições pendentes de juntada, encontramos um processo nesta condição, de nº 01186357820154025154, que se encontra regularizado, tendo em vista que a petição que estava pendente foi juntada.

Analisando os locais virtuais, não observamos endereço eletrônico para os documentos pendentes de juntada.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 11/03/2016.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS
(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analisando os locais virtuais, observamos os seguintes endereços eletrônicos para controle de prazo:

PRAZO (CONHECIMENTO), com 412 documentos, sendo o mais antigo o de 11/02/2016, sob o nº 0002588-26.201.4.02.5154;

PRAZO (EXECUÇÃO), com 423 documentos, sendo o mais antigo o de 18/02/2016, sob o nº 0002556-50.2014.4.02.5154;

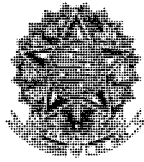
AG. CUMPRIM. MAN/OFI/TELEX, com 68 documentos, sendo o mais antigo o de 11/02/2016, sob o nº 0500345-47.2015.4.02.5154.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 14/03/2016, às 16h51.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Não existem locais virtuais para cumprimento de ordem.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 14/03/2016, às 16h51.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 e seguintes da CNCR)**

Posição em	11/03/2016
------------	------------

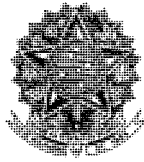
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	0
Total Geral	0

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraído em 11/03/2016.

**10. PUBLICAÇÕES
(Art. 181 da CNCR).**

Total Geral de Boletins Gerados	Período	03/2015 a 02/2016
	Processos	11.173
	Boletins	146
	Média (Proc. / Bol.)	76,53
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	7,54

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 11/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

De acordo com o mapa de remessa externa, extraído do Sistema Processual Apolo em 29/03/2016, não há dados a relatar.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 29/03/2016.

12. SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS (Artigos 267 a 269 da CNCR)

a) Total de processos suspensos (em 11/03/2016):

- . Cíveis: 1.822
- . Criminais: 03

b) Motivo da suspensão:

- Aguardando decisão de instância superior – 1.782
- Art. 89, Lei 9.099/95 - 01
- Cumprimento precatório/RPV: 34
- OUTROS – FASE CONHECIMENTO: 05
- OUTROS FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 01
- Outros - Processos Criminais: 02

c) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos, que se encontram regulares:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Aguardando decisão de instância superior – 1.782

00000273420094025154; 00002638320094025154; 00036937720084025154;
00046351220084025154; 00046897520084025154; 00034296020084025154;
00044697720084025154.

Art. 89, Lei 9.099/95 - 01

00047469320084025154.

Cumprimento precatório/RPV: 34

00038383120114025154; 00021762720144025154; 00023651020114025154;
00047320720114025154; 00014947720114025154; 00029936220124025154

OUTROS – FASE CONHECIMENTO: 05

00049217720144025154; 00020572720114025104; 01521033320154025154;
01531833220154025154; 05000178320164025154.

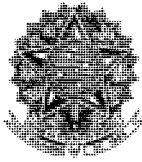
OUTROS FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 01

00245734620154025154.

Outros - Processos Criminais: 02

00030998720134025154; 00022233520134025154.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 11/03/2016 e consultas
ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 17/03/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

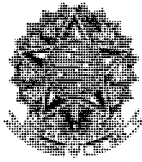
13. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

TOTAL: 3.195

1. TIPOS DE INTIMAÇÃO:

- a. Convertidas em diligência: 362
- b. Convertido (a) o (a) julgamento em diligência: 25
- c. Embargos de declaração: 65
- d. Com resolução de mérito:
 - i. Declarada decadência e prescrição: 03
 - ii. Embargos de declaração acolhidos: 03
 - iii. Embargos de declaração não acolhidos: 13
 - iv. Extinta a punibilidade por cumprimento da transação penal: 01
 - v. Homologada a transação: 35
 - vi. Julgado improcedente o pedido: 94
 - vii. Julgado procedente, em parte, o pedido: 75
 - viii. Julgado procedente o pedido; 35
 - ix. De expediente: 12
- e. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 107
 - ii. Condenatória: 01
 - iii. Pedido improcedente: 750
 - iv. Pedido improcedente – dispensada a citação: 73
 - v. Pedido procedente: 199
 - vi. Pedido procedente, em parte: 423
 - vii. Reconhecida prescrição decadência: 06
 - viii. Pedido procedente com tutela deferida: 243
 - ix. Pedido procedente com tutela deferida parcialmente: 01
 - x. Pedido procedente, em parte, com tutela deferida: 378



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- f. Sem resolução de mérito: 267
 - i. Sem resolução de mérito: 197
 - ii. Desistência da ação: 21
 - iii. Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 01
 - iv. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 02
 - v. Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 02
 - vi. Extinto o processo por desistência: 02
 - vii. Extinto o processo por negligência das partes: 01
 - viii. Extinto o processo por preempção, litispendência ou coisa julgada: 08
 - ix. Indeferida a petição inicial: 32
 - x. Indeferimento da petição inicial: 01

g. Vazias: 24

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Foram inspecionados os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:
0007544-80.2015.4.02.5154; 0007548-20.2015.4.02.5154;
0007704-08.2015.4.02.5154; 0005656-13.2014.4.02.5154;
0005464-80.2014.4.02.5154; 0005581-71.2014.4.02.5154;
0005630-15.2014.4.02.5154; 0005638-89.2014.4.02.5154;
0005639-74.2014.4.02.5154.

2. Sentenças tipo B-1 (Homologatória de Acordo):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:
0151887-72.2015.4.02.5154; 0005596-40.2014.4.02.5154;
0005896-02.2014.4.02.5154; 0010135-64.2015.4.02.5170
0012595-72.2015.4.02.5154; 0013035-68.2015.4.02.5154;
0500292-66.2015.4.02.5154.

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:
0000130-41.2009.4.02.5154; 0005872-71.2014.4.02.5154;
0023844-20.2015.4.02.5154; 0019847-29.2015.4.02.5154;
0016003-71.2015.4.02.5154; 0016621-16.2015.4.02.5154;
0016838-25.2016.4.02.5154; 0018477-15.2015.4.02.5154;
0019758-06.2015.4.02.5154; 0015691-51.2015.4.02.5104;
0020439-39.2016.4.02.5154.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:
0159202-54.2015.4.02.5154; 0500230-26.2015.4.02.5154;
0500235-48.2015.4.02.5154; 0500403-50.2015.4.02.5154;
0500629-11.2015.4.02.5104; 0159167-94.2015.4.02.5154;
0073655-02.2015.4.02.5104; 0064255-61.2015.4.02.5104;
0065500-54.2015.4.02.5154; 0065513-53.2015.4.02.5154;
0071805-54.2015.4.02.5154; 0072101-32.2015.4.02.5104;
0081342-74.2015.4.02.5154; 0076198-22.2015.4.02.5154;
0076377-53.2015.4.02.5154; 0077137-02.2015.4.02.5154;
0077587-95.2015.4.02.5104.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados extraído em 11/03/2016 e Mapa - Planilha Apolo Excel – Estatística de Sentença, extraído em 28/03/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 28/03/2016.**

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“O despacho inicial identifica a preferência legal, deferindo-a, se for o caso. Desse modo, os feitos possuem processamento prioritário pelos Setores do Juizado (Conhecimento, Execução e Apoio ao Gabinete). Quanto aos processos incluídos nas Metas do CNJ, o acompanhamento é realizado por meio de planilha elaborada a partir dos dados coletados no Portal de Estatísticas e no Sistema de Controle de Processos (Apolo).”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

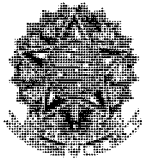
16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição de 2016:

“Os processos destinados ao Gabinete são encaminhados para o local virtual denominado “GABINETE - BALCÃO DE ENTRADA” e, após examinados e qualificados, são alocados em locais virtuais próprios, de acordo com as matérias: “GABINETE - CEF/UNIÃO/ECT/OUTROS”; “GABINETE - INCAPACIDADE/LOAS” e “GABINETE - INSS”. O acompanhamento do prazo é realizado pela data de entrada do processo no Gabinete e pela identificação de eventual prioridade no momento do exame prévio dos autos que chegam ao Balcão de Entrada do Gabinete (antes do encaminhamento para os escaninhos próprios). Também adotamos, como método complementar de controle, a extração de Relatório de Processos Conclusos.

Além das preferências legais e/ou prioridades contextuais, os embargos de declaração de sentença também comportam exame imediato.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

17. EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
		Informada	750	750
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	304	304
	Sem sentença	Não Informada	549	549
		Não-aplicável	03	03
		Total	1.606	1.606

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 17/03/2016.

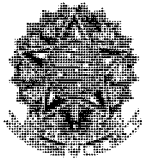
18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/03/2015 a 29/02/2016).
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 2.126
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 139 dias.

- RPV's:

. Cadastrados: 2.048

. Enviados: 1.731



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Precatórios (Parcela única):

. Cadastrados: 78

. Enviados: 65

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraído em 11/03/2016.

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição: “não há.”

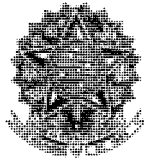
Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo

**→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Não há bens acautelados/apreendidos (Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR).”

Fonte: Questionário pré-correição 2016, item 3.5.1, encaminhado através do Ofício nº JFRJ-OFI-2016/01608, de 25/02/2016.

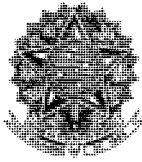


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“O Provimento 12/2004, da Corregedoria do TRF-2ª Região, regulamenta no âmbito dos Juizados Eletrônicos, a utilização de livros e pastas obrigatórias. Estabelece o artigo 1º que devem ser mantidos, obrigatoriamente, em meio físico os seguintes mecanismos de controle: I - Livro de Ponto; II – Livro de Reclamações; III – Pasta de Alvarás; e IV – Pasta de Relatório de Inspeções. Já o artigo 2º prevê que os demais livros e pastas obrigatórios serão gerenciados eletronicamente pelo Sistema de Acompanhamento Processual, garantido-se sua autenticidade, segurança e inalterabilidade. As disposições do mencionado Provimento aplicam-se à quase totalidade dos processos em trâmite no Juízo, haja vista que apenas 0,97% do acervo atual é formado por processos físicos. No entanto, dada essa peculiaridade, aplicam-se, de forma subsidiária, as disposições dos artigos. 148 e 149 da Consolidação de Normas da Corregedoria da Justiça Federal da 2ª Região. As sentenças proferidas em audiência não necessitam de registro em meio físico, pois, após a audiência, são lançadas no sistema informatizado e assinadas eletronicamente. O mesmo procedimento é adotado para as sentenças e decisões proferidas pelo Juízo, conforme autorização introduzida pelo artigo 69 da Resolução 01/2007 da Presidência do TRF, que dispôs sobre o registro de sentenças e decisões proferidas em autos físicos e assinadas eletronicamente, no sistema informatizado de acompanhamento processual, em substituição ao livro de registro físico (§ 2º). Os Livros e Pastas obrigatórios, adotados no âmbito da Secretaria do Juizado, são usados de forma adequada e os papéis estão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

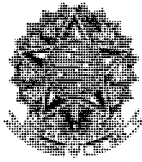
sendo devidamente arquivados em Pastas de controle interno. Os livros obrigatórios contêm Termo de Abertura e os já encerrados, o devido Termo de Encerramento, ambos assinados. Além dos livros e Pastas obrigatórios no âmbito dos Juizados Eletrônicos, são mantidos os seguintes: livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do Juízo; livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio; livro de entrega de autos às partes; livro de carga ao Ministério Público; pasta de suspensão condicional da pena e do processo; e pasta de ofícios. Todos estão organizados de forma adequada.”

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/01608).

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição de 2016:

“O material de expediente, limitado apenas ao necessário para o bom funcionamento do Juizado, é armazenado em local apropriado e inexistente desperdício. O layout do Juizado acomoda todos os servidores e estagiários em mesas individuais. A organização do mobiliário – a fim de facilitar a livre movimentação do pessoal dentro do Juizado – permite a locomoção de pessoas com deficiência, com espaço para trânsito de cadeirantes, se necessário. Os móveis, os utensílios e os equipamentos de informática do Juizado estão cadastrados e em bom estado de conservação.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

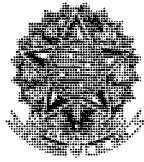
Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/01608).

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

“Três meses: Reduzir o prazo médio para exame de iniciais, cadastramento e conferência de requisições. Atingir a meta de 30 dias para a prolação de sentenças no Juizado.

6.2.2. Seis meses: *Viabilizar junto ao Setor Administrativo da Subseção Judiciária de Volta Redonda e à Contadoria do INSS novos procedimentos para tornar mais célere a realização de cálculos no módulo executivo. Não ignoramos a inexistência de norma legal que imponha ao devedor apresentar o cálculo de liquidação. Pelo sistema do CPC (as Leis dos Juizados não dispõem a respeito), o ônus é do credor (art. 475-B, caput; CPC/2015, art. 509, §§ 2º e 3º, e art. 524) ou da própria máquina judicial, na hipótese de se tratar de beneficiário da gratuidade de Justiça (art. 475-B, §3º), o que ocorre na quase totalidade dos casos nos JEF. No entanto, a Seção de Contadoria de Volta Redonda não possui estrutura para assunção da integralidade dos cálculos. Nesse contexto, não se pode prescindir da colaboração do INSS para a realização de parte dos cálculos no módulo executivo. A providência, porém, longe de onerar a Autarquia Previdenciária, também reverte em seu favor, haja vista que a mesma detém os dados necessários para a confecção dos cálculos, e também deve conferir o acerto das contas apresentadas na execução. Parece-nos que a solução possível nesse*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

momento diz com o trabalho integrado dos Setores de Contadoria da Justiça Federal e do INSS.

6.2.3. Um ano: *Reduzir o prazo máximo para despachos e decisões intercorrentes (não urgentes e sem preferências legais) para 20 dias (atualmente, utilizamos o prazo máximo de 30 dias)."*

RELATÓRIO ELABORADO POR:

José Vicente Benevenuti, Mat. n.º 15.035